



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

22 de janeiro de 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Página Rural	Editoria: Educação	Data: 22/01/2013
Assunto: SC: Casa Familiar Rural é tema de reunião entre líderes da educação e delegação francesa		Página: Online

SC: Casa Familiar Rural é tema de reunião entre líderes da educação e delegação francesa

Florianópolis/SC

Na tarde de ontem (21), a secretária-adjunta de Estado da Educação, Elza Moretto, juntamente com a diretora de Educação Básica e Profissionalizante, Scheilla Marins, e a gerente de Educação Profissionalizante, Beate Strelow, receberam a delegação das Casas Familiares Rurais da França e o coordenador das Casas Familiares Rurais do Sul (Arcafar), José Luiz Lorenzini. A delegação francesa veio [conhecer](#) a educação no campo de Santa Catarina e apresentar a experiência na França.

Santa Catarina conta com 14 Casas Familiares Rurais, nas quais estudaram 454 alunos em 2012. O trabalho é feito entre a Secretaria da Educação e a Arcafar com o objetivo de promover a formação integral no meio em que o estudante se encontra por meio da pedagogia de alternância, ou seja, o estudante fica um período interno na escola e outro em casa, colocando em prática o que aprendeu junto à propriedade rural da família ou na comunidade.

Com a visita dos franceses, buscou-se discutir parcerias para melhorar o trabalho desenvolvido no Estado. “A troca de experiência pode evitar erros, nos permite avançar e contribuir no que temos dificuldades. Vemos que o trabalho das Casas são muito parecidos e o Brasil caminha para ser o primeiro país do mundo em números de Casas Familiares”, afirma o presidente das Casas Familiares Rurais da Região de Rhône-Alpes, Pierre Pivorsky. Atualmente, o Brasil conta com 270 Casas, sendo a região Sul a com maior demanda.

Este ano a França e o Paraná iniciam um trabalho de intercâmbio entre estudantes. Em abril, o estado vizinho receberá os primeiros estudantes franceses. A ida dos brasileiros ainda não tem data definida, mas deve ocorrer ainda este ano. Santa Catarina também quer entrar neste processo e estuda evoluir na parceria.

As Casas Familiares surgiram pelo meio rural, com objetivo de evitar que os jovens deixassem as suas terras. Com a demanda de novas profissões, as Casas francesas se adequaram, porém o foco continua o mesmo. Hoje, são oferecidos 24 diferentes cursos nas áreas de agricultura, comércio, turismo, artesanato, serviço social, construção civil, mecânica e marcenaria, com formação em ensino fundamental, médio profissionalizante e superior. “A maioria dos jovens terminam o curso e voltam para suas terras para empreender, ou com seu próprio negócio ou atuando com a família”, explica o diretor das Casas Familiares Rurais da região de Rhône, Ludovic Buffavand.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em Santa Catarina é bastante semelhante. “Os 41 jovens formados em 2011 permaneceram na sua região, ou trabalhando com a família ou em cooperativas. Estamos atuando para mostrar aos jovens as opções de trabalho nas suas terras. Vamos firmar uma importante parceria com Santa Catarina e avançar ainda mais”, comenta o coordenador das Casas Familiares Rurais do Sul, José Luiz Lorenzini.

Segundo a secretária-adjunta, Elza Moretto, a parceria deve sair do papel e beneficiar ainda mais jovens. “Este projeto cumpre com o seu papel maior que é educar, humanizar e dar direcionamento aos nossos jovens. A troca de experiência é fundamental para todo o processo. É importante que o jovem se encontre na terra onde vive e possa desenvolver seu trabalho ali”, avalia.

Ao final da reunião, o presidente da delegação entregou o convite à secretária-adjunta para que Santa Catarina participe, no início de dezembro, de um encontro que vai reunir parceiros, representantes e estudantes das Casas Familiares Rurais de várias partes do mundo na França.

Fonte: Governo de Santa Catarina



Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 22/01/2013
Assunto: O que vai ser pauta na educação do Brasil em 2013		Página: Online

O QUE VAI SER PAUTA NA EDUCAÇÃO DO BRASIL EM 2013

Veja quais serão os principais temas de debate educacional para este ano



João Bittar/MEC

Após um 2012 movimentado por lançamentos de programas e políticas educacionais (veja aqui a retrospectiva), cabe a reflexão sobre os efeitos das implementações de algumas dessas ações, e a retomada de debates sobre a Educação de qualidade no Brasil.

Temas que se destacaram no ano passado, como a alfabetização e o Ensino Médio, devem permanecer com bastante repercussão entre as iniciativas do Ministério da Educação.

A seguir, confira os principais assuntos que devem dominar a pauta da Educação Básica pública do País ao longo de 2013.

PNE

O debate em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita no Senado desde setembro do ano passado, deve dominar o cenário no primeiro semestre de 2013. O tema mais controverso da proposta é o que trata do financiamento da Educação. O texto aprovado na Câmara dos Deputados determina que, até o final da vigência do Plano, o país passe a investir 10% do PIB no setor. Por enquanto, o projeto de lei tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Além disso, o relator, senador José Pimentel (PT-CE), pediu mais tempo para analisar as 80 emendas apresentadas depois de o documento ter sido enviado ao Senado. Devido ao recesso parlamentar, a pauta deve ser retomada somente em meados de fevereiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Royalties

O governo federal aposta nos royalties do petróleo como solução para vincular mais recursos à Educação pública. A Medida Provisória (MP) 592/12, que altera as regras de distribuição dos royalties, destina 100% das receitas de áreas ainda não licitadas para a Educação. A MP recebeu 62 emendas até o momento. Caso não seja votada até 12 de maio, a medida deixa de ter validade. Os próximos passos dependem da criação de uma comissão mista, formada por deputados e senadores, que vai destacar um relator para analisar a matéria. Na sequência, o Plenário da Câmara irá votá-la para então o Plenário do Senado irá analisá-la.

Novos Prefeitos

Neste ano, milhares de prefeitos eleitos – e respectivos secretários de Educação – assumem a gestão de municípios de todo o País. Com a troca de siglas e de interesses políticos, é recorrente uma das grandes mazelas da Educação pública brasileira: a descontinuidade de políticas e projetos. Para orientar os novos prefeitos com diretrizes específicas, o governo federal promover no fim do mês o II Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas do Brasil, em Brasília.

Piso Nacional do Magistério

O MEC anunciou no último dia 10 de janeiro o reajuste de 7,9% no piso nacional do magistério, que passa a ser de 1.567 reais. Desde que foi instituído o piso, em julho de 2008, o anúncio do reajuste vinha sendo feito sempre no final do ano anterior. A variação anunciada, desta vez com atraso, foi a menor dos últimos três anos. Em 2012, a correção foi de 22,2%. Em 2011, de 16%.

Segundo o MEC, a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2012, em relação ao valor de 2011. Entidades educacionais e sindicatos e associações docentes criticaram o valor do reajuste.

Ainda sobre este tema, está em análise na Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3776/08, que trata da base do reajuste salarial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). No momento, o PL aguarda parecer da comissão.

Reforma do Ensino Médio

No final do ano passado, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), representado pelos secretários de Educação do Acre, de Tocantins, da Paraíba e do Distrito Federal entregaram ao ministro Aloísio Mercadante



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

um documento sobre o Ensino Médio que contém, além de um diagnóstico da situação desse segmento no País, propostas para a melhoria da qualidade do ensino. O texto, entregue à União com atraso, deverá servir de base para ações do MEC, como a reestruturação curricular e a ampliação das escolas de tempo integral.

O debate em torno do tema se intensificou quando o MEC divulgou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011 para o Ensino Médio – a nota ficou estagnada em relação a 2009. O MEC afirma que o Ensino Médio Inovador e a reforma curricular são prioridades da atual gestão. De acordo com a Constituição Federal, as redes estaduais são responsáveis pela oferta do Ensino Médio público e gratuito.

Indicador latino-americano de Educação

Reunidos em novembro do ano passado, ministros da Educação da Argentina, do Brasil, do Uruguai, do Chile, do Equador e do Peru, divulgaram a intenção de se desenvolver um indicador latino-americano de Educação. O indicador deve ser baseado em uma metodologia semelhante à da Prova Brasil, mas também deve apropriar-se de técnicas e dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Em fevereiro deste ano, um seminário discutirá o tema para definir conceitos técnicos e metodológicos.

Eleição no Consed

2013 é ano de eleição no Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que definirá, para os próximos dois anos, o presidente e quatro vices. Atualmente, quem preside o órgão é a secretária do Mato Grosso do Sul (MS), Maria Milene da Costa, no cargo desde 2011.

Pisa e Prova Brasil

Neste ano, serão divulgados os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A publicação dos dados, que permitem observar o desempenho do Brasil relação a outras nações, normalmente ocorre em dezembro. Na edição anterior, referente a 2009, o País obteve o 54º lugar de 65 países. A ênfase da avaliação de 2009 foi em leitura. Na prova aplicada em 2012, o foco da avaliação foi a matemática.

Em novembro de 2013, deve ocorrer a aplicação de mais uma edição da Prova Brasil, censitária para alunos do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública, e do Saeb, amostral para alunos dessas mesmas etapas e também para alunos do 3º ano do Ensino Médio das redes pública e privada. Os resultados das avaliações ajudarão a compor o Ideb 2013, a ser divulgado em 2014.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Alfabetização

Em 2012, o MEC lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (leia mais aqui). À época, a presidente Dilma Rousseff garantiu apoio técnico e financeiro aos municípios e Estados que aderissem à iniciativa da União. Ela anunciou um investimento de 2,7 bilhões de reais neste ano e no próximo. No entanto, para isso ocorrer, a Medida Provisória 586/12 precisa ser votada e aprovada. Atualmente, o texto aguarda a votação do relatório do senador Eduardo Amorim (PSC/SE) em Comissão Mista.

Lei de Cotas

Em agosto de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.711, popularmente conhecida como a Lei de Cotas. Para 2013, o texto determinou que 12,5% das vagas nas universidades e institutos federais fossem reservadas a estudantes oriundos da rede pública, com recorte racial e de renda. Em 2014, a reserva deve ser de 25% do total de vagas. Em 2015, de 37,5% e, em 2016, de 50%. De acordo com dados divulgados pelo MEC nesta semana, dos 1,94 milhão de inscritos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), 864.830 são cotistas, o que representa 44% do total.

O Governo do Estado de São Paulo também lançou um programa de cotas – o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), que prevê chegar a 50% de vagas nas universidades estaduais paulistas para estudantes de escolas públicas até 2016. A proposta será discutida nos conselhos universitários da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

Lei de Responsabilidade Educacional (LRE)

A Comissão Especial (CESP) da Câmara dos Deputados pode voltar a analisar, no primeiro semestre deste ano, os projetos sobre a Lei de Responsabilidade Educacional (LRE). As propostas apresentadas dispõem sobre “a qualidade da Educação Básica e a responsabilidade dos gestores públicos” na oferta do serviço público e no cumprimento de metas. Ao todo, são 14 projetos.

Direitos de aprendizagem

O MEC concluiu em dezembro o primeiro documento de definição dos direitos de aprendizagem. O texto, que passa agora a tramitar no Conselho Nacional de Educação (CNE), corresponde aos três primeiros anos do Ensino Fundamental – o ciclo de alfabetização. A expectativa é que a análise seja finalizada ainda neste semestre.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 22/01/2013
Assunto: No dia 29 ocorre a 2ª chamada para ACT's		Página: 08

A NOTÍCIA

PROFESSORES

No dia 29 ocorre a 2ª chamada para ACTs

A segunda chamada para professores admitidos em caráter temporário (ACT) – para educação especial dos ensinos fundamental e médio – será no dia 29. A informação é da Gerência Regional de Educação (Gered) de Joinville. A relação com as vagas disponíveis deve ser publicada amanhã, no site da Secretaria de Estado da Educação (SED), no www.sed.sc.gov.br. Os candidatos devem se apresentar às 14 horas, na sede da Gered, em Joinville. Segundo a Gered, existe a demanda para intérprete de Libras, destinado a lecionar com estudantes surdos que utilizam a língua brasileira de sinais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 22/01/2013
Assunto: 65 mil kits serão distribuídos		Página: 08

A NOTÍCIA

Material escolar 65 mil kits serão distribuídos

No primeiro dia de aula da rede de ensino de Joinville, marcado para 18 de fevereiro, os alunos já vão contar com novos uniformes e com o kit de material escolar. É o que espera a Secretaria de Educação.

Ontem, a secretaria informou que vai começar a entregar os materiais nas escolas a partir de 4 de fevereiro, data em que as diretoras voltam das férias.

O kit de uniformes de verão é formado por duas camisetas, uma de manga curta e outra regata, e uma bermuda. Serão entregues 65 mil kits, com aproximadamente 390 mil peças de roupas – um investimento de R\$ 3.445.240. Os uniformes de in-

verno serão entregues em abril. A distribuição será realizada de acordo com um cronograma que ainda está sendo montado pela Secretaria de Educação e pela empresa responsável pelos uniformes, a Douat Têxtil Ltda.

No kit do material escolar, serão entregues cadernos, lápis preto, borracha, apontador, régua, lápis de cor, giz de cera e canetinha. No entanto, nem todos os alunos receberão os materiais. Para cada escola ou centro de educação infantil, apenas 30% dos alunos receberão o kit. A distribuição será feita de acordo com a necessidade de cada família e ficará sob a responsabilidade da direção da escola.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Portal	Data: 22/01/2013
Assunto: Reforma nas escolas		Página: 03

A NOTÍCIA

Pedido de R\$ 27,5 mi

Em planilha entregue ontem ao governador Colombo, a futura secretária da SDR, Simone Schramm, reivindicou R\$ 27,5 milhões para obras e serviços. Desse montante, R\$ 4,3 milhões já estão sendo gastos nas reformas das escolas Francisco Eberhardt e Osvaldo Aranha.

Reforma de escolas

Outros R\$ 10,1 milhões estão previstos para reforma de outras quatro escolas, já em licitação, mas Simone quer a garantia de repasses. Ainda na área de educação, há outros pedidos. No setor de segurança, a maioria das cobranças é de melhorias no Presídio Regional.